

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 100 /2019**

Requer que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), realize ato de fiscalização e controle, no Ministério do Meio Ambiente, para analisar os procedimentos da contratação de sistema privado de monitoramento para fiscalizar o desmatamento na Amazônia.

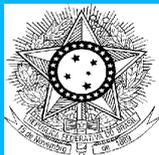
Senhor Presidente,

Com base no art. 24, X, §2º c/c art. 60, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, requero, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de ato de fiscalização e controle no Ministério do Meio Ambiente, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para analisar os procedimentos da contratação de sistema privado de monitoramento para fiscalizar o desmatamento na Amazônia.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem anunciando que irá realizar a troca do sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia, após a crise que foi criada com a divulgação feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –INPE e que resultou na demissão do seu diretor Ricardo Galvão. Matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo no dia 15 desse mês, anuncia que o Ministério está realizando “ testes gratuito” desse novo sistema, e informa que pelo formato do edital que estão sendo preparado ela poderá ser vencedora do processo de licitação que irá contratar este novo sistema (matéria abaixo).

**Ministério já testa monitoramento privado de desmate**



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Bolsonaro tem afirmado que controle do Inpe sobre devastação da Amazônia é falho

*André Borges*

15 AGO2019

BRASÍLIA - O sistema privado de monitoramento que o governo pretende usar para fiscalizar desmate na Amazônia já é usado como um "teste gratuito" dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O sistema, conforme apurou o no Estado, é o mesmo que começa a rodar no Estado do Mato Grosso e já foi testado no Pará.

O Planet, um sistema de mapeamento em alta resolução que pertence a uma companhia dos Estados Unidos, é fornecido localmente pela empresa brasileira Santiago & Cintra, do interior de São Paulo. Essa empresa, que é responsável por processar as imagens e interpretá-las, já realizou diversas reuniões com representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente neste ano.

O monitoramento do desmate motivou uma crise no governo após o presidente Jair Bolsonaro e integrantes de sua equipe questionarem os dados medidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em maio, reportagem do Estado mostrou que a Amazônia perdia 19 km<sup>2</sup> de floresta por hora. A partir daí, a divulgação sucessiva dos dados levou Bolsonaro a dizer que o Inpe divulgava dados mentirosos. A crise resultou na exoneração do presidente do instituto, Ricardo Galvão, que rejeitou qualquer tipo de manipulação. A demissão do chefe do órgão federal também foi alvo de críticas de cientistas.

Desde o início do ano, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem dito que pretende usar um sistema privado. Em julho, ele usou imagens da tecnologia privada para contrapor captações feitas pelo Deter - sistema de alertas de desmate do Inpe - e exibir o que seriam imprecisões nas medições.

Questionado sobre o uso da tecnologia privada, o Ibama não comentou. Salles também foi questionado sobre os termos do acordo que permitiu fazer o uso prévio da tecnologia privada, mas não deu detalhes.

Neste mês, o Ibama nomeou, por meio de portaria, uma "equipe de planejamento de contratação" para escolher o sistema que será comprado, algo estimado em aproximadamente R\$ 7 milhões. A ideia seria realizar licitação pública para escolher o produto. Especialistas em captação e processamento de imagens ouvidos pelo Estado, porém, afirmaram que, da forma como foi descrito o sistema, o único fornecedor brasileiro capacitado é a Santiago & Cintra.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

A reportagem procurou a empresa para comentar o assunto, mas não obteve resposta. O responsável pelo "planejamento da contratação" do Ibama, o diretor Olivaldi Alves Borges Azevedo, disse que não tinha tempo para tratar do assunto.

#### **Mato Grosso**

O governo do Mato Grosso decidiu que deixará o mapeamento do Inpe e adotar o Planet. A informação é do governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM). "Vamos usar a melhor tecnologia. Não vou usar duas tecnologias, não faz sentido", disse ao Estado. "Já começamos a usar o sistema imediatamente. Agora, é essa tecnologia que vai apoiar nossas ações de fiscalização."

Procurado pela reportagem, o Inpe não se pronunciou. O Estado, porém, não deixará de ser coberto e monitorado pelas tecnologias governamentais.

"Os sistemas do Inpe não têm a mesma precisão e rapidez. Em menos de 24 horas, saberemos exatamente o que está acontecendo em qualquer terreno do Estado", disse Mendes. O contrato de R\$ 5,9 milhões, que trata da prestação do acesso à tecnologia e seus serviços por um ano, não foi bancado pelo Mato Grosso, mas sim pelo banco de desenvolvimento alemão KfW, o mesmo que faz as doações por meio do Fundo Amazônia, do governo federal.

A compra e a escolha do sistema Planet, segundo o governo do Mato Grosso, foi feita diretamente por outro fundo financiado com recursos alemães, o Global REDD for Early Movers (REM). Criado em 2012, essa iniciativa é bancada de forma conjunta pelos governos da Alemanha e do Reino Unido.

Pelas regras, Mato Grosso recebe valores se mantiver o desmatamento abaixo da linha de 1.788 km<sup>2</sup> por ano. O gestor financeiro e operacional do programa é o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), uma associação civil sem fins lucrativos. "Não houve licitação, porque não houve dinheiro público nisso. Para o Estado, é custo zero", disse Mendes.

O Estado mostrou no domingo que vários Estados da região amazônica estão buscando acordos diretos com países europeus para financiar projetos de proteção ao meio ambiente.

#### **Pará**

O sistema Planet já chegou a ser utilizado como teste pelo governo do Pará. Em 2016, segundo o governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), o uso da tecnologia foi feito por meio de uma doação pela própria empresa. Depois, em 2017, um acordo anual foi firmado, com apoio do Fundo Amazônia.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

"Nós chegamos (ao governo, no início de 2019) e tomamos a decisão de não comprar", disse Barbalho ao Estado. "Os sistemas que temos hoje já nos são suficientes para fiscalizar e monitorar o desmatamento."

Diante da matéria jornalística é necessário que o Tribunal de Contas da União realize a fiscalização desses atos para apurar a regularidade dos mesmos e esclarecer se estar em curso processo de cartas marcadas com eventual favorecimento a pessoas ou empresas com a escolha de novo sistema de monitoramento de desmatamento na Amazônia.

Sala das Reuniões, em 22 de outubro de 2019.

Respeitosamente,

Deputado **RODRIGO AGOSTINHO (PSB/SP)**

Presidente